

TURISMO COMUNITÁRIO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A CASA ECOATIVA NA APA BORORÉ-COLÔNIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DOI: <http://dx.doi.org/10.55449/congea.16.25.VII-013>

Mayra Vergotti Ferrigno (*), Paula Simão Batich

* Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) - SP, mavergotti@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender o Turismo de Base Comunitária (TBC) em contexto de Unidade de Conservação (UC), os desafios enfrentados em sua gestão e as potencialidades no que se refere à conservação ambiental, a partir do estudo de caso de uma iniciativa comunitária presente na Ilha do Bororé (São Paulo/SP), a Casa Ecoativa. A UC estudada é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a Área de Proteção Ambiental (APA) Bororé-Colônia, localizada em uma região de mananciais e com a presença de importantes manchas remanescentes de Mata Atlântica, no extremo-sul da capital paulista. Por meio de entrevistas com lideranças e moradores locais, levantamentos documentais e da discussão das leis e planos de gestão ambientais e turísticos que incidem no território, o presente estudo aponta como o TBC pode ser, ao mesmo tempo, uma ferramenta de sensibilização e educação ambiental, de valorização e empoderamento cultural e de geração de renda para uma economia local.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Base Comunitária, Unidades de Conservação, Área de Proteção Ambiental.

INTRODUÇÃO

A relevância das Unidades de Conservação na capital paulista pode ser constatada quando se observa o contexto da cidade de São Paulo e a existência de alguns fenômenos ambientais crescentes. Pode-se elencar: a) as altos níveis de poluição atmosférica, decorrentes do elevado número de veículos e indústrias na região (CETESB, 2023); b) a falta crescente de áreas permeáveis no solo às águas das chuvas, devido ao crescimento de áreas pavimentadas no processo de urbanização e verticalização, fato que acarreta enchentes; c) o fenômeno das ilhas de calor em áreas mais densas demograficamente e pouco arborizadas, como o centro da cidade e partes da periferias da capital; d) a perda da biodiversidade da Mata Atlântica, bioma em que muitas grandes cidades e capitais brasileiras estão inseridas e que urge ser preservado. Tais fatores nos exemplificam consequências de um crescimento urbano que não atende à qualidade de vida de todos os seus moradores e apontam para as faltas de arborização urbana e de maior presença de praças, parques urbanos e Unidades de Conservação na região que ajudariam a regular e a melhor equilibrar o ecossistema local e regional.

A região estudada é uma região de mananciais, o que torna sua preservação ainda mais relevante para: a) a garantia do abastecimento público de água para 30% da metrópole (SÃO PAULO, 2021a); b) o abastecimento para a produção de alimentos na área rural desta região; c) os serviços ecossistêmicos mencionados anteriormente; d) a geração de serviços diversos, como o turismo náutico e toda a cadeia de restaurantes nas margens da Guarapiranga; e) os demais serviços econômicos ao redor das represas Billings e Guarapiranga. Importante ressaltar que para além do turismo chamado convencional, cujo valor econômico é evidente aos seus empreendedores individualmente, o presente trabalho busca olhar sobretudo para outros tipos de empreendimento turísticos, baseados em uma lógica comunitária e de preservação ambiental. Assim, a busca pelo entendimento dos benefícios e dos desafios do turismo comunitário em área de conservação orientará as questões apresentadas.

O estudo de caso escolhido, presente na APA Bororé-Colônia, localizada no extremo sul da cidade de São Paulo é a Casa Ecoativa, centro eco-cultural, como os próprios atores locais se referem ao espaço, na chamada Ilha do Bororé, nas margens da Represa Billings. A escolha desta iniciativa se deu pelo reconhecimento do poder de articulação local desde os anos 90, por seu papel político histórico dentro da rede mais ampla de iniciativas socioambientais do extremo-sul da capital, que se estende desde o bairro do Grajaú até o distrito Maricilac, que marca o limite geopolítico da capital paulista, passando por Parelheiros e toda a produção agroecológica de alimentos ali presente.

Nota-se do importante papel ambiental de iniciativas privadas, públicas e comunitárias, em relação à preservação e aumento de áreas verdes e proteção e gestão das bacias hidrográficas. O presente estudo se dedica a uma iniciativa comunitária específica no extremo-sul da cidade e o serviço socioambiental prestado na região. Entre as diversas iniciativas existentes no território da Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a APA Bororé-Colônia (ou APA-BC, como será citada ao longo do texto), o turismo comunitário, de baixo impacto e vinculado à educação ambiental e às práticas agroecológicas, é foco deste estudo.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é buscar um entendimento sobre as convergências e os desafios do turismo comunitário em relação à preservação em uma Área de Conservação de Uso Sustentável, a partir do estudo de caso já mencionado. Assim, podem ser elencados ainda alguns objetivos específicos, a saber:

- a. contextualizar a região estudada (as características ambientais e socioeconômicas e as leis ambientais que incidem no território);
- b. levantar a história de formação da Casa Ecoativa e sua importância socioambiental no território;
- c. entender se e como o Turismo de Base Comunitária (TBC) se mostra uma ferramenta de preservação ambiental e uma possibilidade econômica para as comunidades praticantes;
- d. entender como as questões territoriais ambientais, sanitárias, imobiliárias e de mobilidade se colocam como desafios enfrentados ou potencialidades elaboradas pela população local.

METODOLOGIA

Como exposto, o presente estudo é uma pesquisa de base, por meio da qual se busca o entendimento do fenômeno do turismo comunitário a partir de um estudo de caso, a Casa Ecoativa. Para isso, buscou-se conceitualizar o Turismo de Base Comunitária; se elencar e analisar leis ambientais e planos de gestão que determinam a dinâmica da região e, por fim e não menos importante, permear os dados documentais com as informações obtidas por meio de entrevistas com lideranças e moradores locais, gestores e membros do Conselho Gestor da APA Bororé-Colônia.

Como referencial teórico, são utilizados conceitos como os de Carlos Maldonado e Carlos Sampaio sobre o Turismo de Base Comunitária, além do próprio uso por comunidades importantes que atuam com o TBC (como a Rede Tucum) e o conceito utilizado pelo Ministério do Turismo. Foi utilizado também um trabalho acadêmico existente sobre a região de Simone Miketen e trabalhos de Erminia Maricato, que trazem elementos da história do Brasil e da região.

RESULTADOS

O Ministério do Turismo, em 2008, definiu o TBC da seguinte forma: “O turismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário, de conservação, entre outras denominações, possui elementos comuns a tais iniciativas e busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística”. (BRASIL, 2008 apud BRANDÃO, 2014, p.15).

Nota-se que é mencionado pelo governo o valor de conservação, para se referir a este tipo de turismo. Outro valor mencionado, o da solidariedade, pode ser associado ao de cooperação, presente em Maldonado, cuja definição de turismo comunitário se constrói a partir de um olhar das Ciências Humanas: “Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida”. (MALDONADO, 2009 apud FABRINO, 2013, p. 22)

Para outros pesquisadores do fenômeno, na definição do termo aparecem referências às questões ambientais, como “preservação da biodiversidade”. É o caso do conceito de Sampaio que também apresenta aos aspectos políticos e territoriais. Um “turismo comunitário, solidário e sustentável”, segundo o autor, “[...]apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioprodutivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços”. (SAMPAIO et al., 2011 apud FABRINO, 2013, p. 22).

Segundo o estudo de Nathalia Fabrino (2013), uma pesquisa realizada no ano de 2008, sob coordenação de Sansolo e Bursztyn, que contou com 25 representantes de iniciativas de turismo de base comunitária brasileiras, levantou algumas informações acerca do desenvolvimento do TBC no Brasil. A maior parte das experiências localiza-se na região nordeste do Brasil, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Ao presente estudo importa sublinhar um destes resultados citados, ou seja, que 80% das iniciativas de TBC ocorrem em UCs, uma vez que este dado nos aponta para a relação entre o TBC e o seu papel estratégico na conservação ambiental.

Ao se observar práticas de turismo comunitário no Brasil e em países latino-americanos (MORAES; IRVIN; MENDONÇA, 2018) é possível perceber a recorrência de iniciativas de comunidades tradicionais em contextos de resistência a pressões fundiárias, permeadas por conflitos por terras, pela especulação imobiliária e por riscos de impactos ambientais de empreendimentos ao seu redor (inclusive empreendimentos de setores de um modelo de turismo não sustentável).

Da mesma forma, quando uma comunidade tradicional não é compreendida pelas forças e interesses que incidem dentro dos governos como organizações sociais ambientalmente sustentáveis (e percebe-se que as próprias definições de TBC sugerem que o sejam), até mesmo a criação de uma Unidade de Conservação pode encadear conflitos, com risco de remoção da comunidade de seu território (local este que, muitas vezes, justamente a comunidade é quem o preserva).

No caso do presente estudo, a Ilha do Bororé, localizada na Unidade de Conservação de uso Sustentável APA Bororé-Colônia, pode-se afirmar que a comunidade apresenta algumas características urbanas, uma vez que está inserida, embora de modo marginal, no bairro do Grajaú na capital de São Paulo, altamente povoado e urbanizado. Por estar em uma periferia da metrópole de São Paulo, a região apresenta uma série de desafios infraestruturais. De acordo com Pedroso e Novais: “A Ilha do Bororé, como toda região periférica, traz suas potências e desafios. Ao mesmo tempo que se observa essa pujança cultural e ambiental, a Ilha é um território de alta vulnerabilidade social, que sofre com o desmatamento para construções de loteamentos irregulares, falta de energia constante, ausência de saneamento básico e questões sérias de mobilidade urbana”. (PEDROSO; NOVAIS, 2023, p.4)

A região, que margeia a Represa Billings, apresenta também características rurais, com a presença de sítios de produção orgânica e agroecológica de alimentos. Além dos sítios, o bairro do Bororé, bem como a APA-BC de uma forma mais ampla, inclui Unidades de Conservação Integral, como parques naturais municipais e RPPNs. Assim, por um lado, o turismo no Bororé pode se assemelhar, em parte, com outros modos de exercer o turismo a partir das chamadas periferias e de uma cultura construída e identificada como tal, pelos próprios atores sociais, seja por meio da cultura do grafite, da música ou de tantos outros elementos da cultura na cidade, em que afirmam sua identidade. Em outros aspectos, é um turismo que se assemelha a um dito turismo rural, com atrativos turísticos paisagísticos naturais, práticas agrícolas e culinária regional com alimentos produzidos localmente.

Segundo Miketen (2013) e a partir de depoimentos oriundos de entrevistas para o presente estudo, a respeito da concepção e criação da APA-BC, pode-se afirmar que o processo resultou de uma demanda coletiva, com ampla participação dos moradores locais do Bororé e do poder público, a fim de salvaguardar os recursos naturais, culturais e econômicos locais.

A APA-BC foi criada pela Lei Nº 14.162 do ano de 2006 e podemos considerá-la uma vitória comunitária, por ser fruto de reivindicações de melhoria da qualidade de vida local e associada à proteção de áreas do bioma Mata Atlântica e da rica área de mananciais que abrange. Mas seu resultado, por outro lado, também decorreu de um passivo ambiental, uma vez que o processo de negociação de compensação ambiental do Rodoanel passou por sua criação, elemento que marcou também sua história.

Sabe-se que as Unidades de Conservação existentes no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criado pela Lei 9.985/2000, a Área de Proteção Ambiental (APA), está dentre as chamadas UCs de Uso Sustentável. Desta forma, o Art. 15 da referida lei define que: “Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”. (BRASIL, 2000)

Ao se analisar os objetivos da APA em sua lei de criação (Lei Nº 14.162/2006), nota-se que para além da questão ambiental (mencionada nos incisos sobre os recursos naturais, biodiversidade e bacias-hidrográficas em seu Artigo 3º), tanto os patrimônios construídos quanto as riquezas imateriais, como são as memórias e histórias da imigração, já constam neste nascimento da APA-BC, o que indica a intensa participação de atores sociais locais na discussão que o concebeu. Da mesma forma, o caráter rural da região denota um valor a ser preservado e, com ele, modos de vidas e atividades econômicas específicas.

Ao encontro destes objetivos, a lei impõe também uma série de restrições de usos do solo, bem como obriga o licenciamento ambiental para todo tipo de loteamento e para a implantação de infraestrutura, inclusive sanitária, nos loteamentos já existentes, bem como para supressão da cobertura vegetal nativa, entre outros. O artigo 9º da referida lei estabelece que a supressão da cobertura vegetal não será permitida nas APPs (Áreas de Proteção Permanente) e nas áreas com restrição de uso, definidas pela legislação federal e estadual e, no IV do artigo 9º da referida Lei, é mencionada a Legislação Estadual de Proteção aos Mananciais (Lei Estadual Nº 9.866/1997).

A questão hídrica se associa, por sua vez, à restrição sanitária: as obras para este intuito são autorizadas por licenciamento, como citado. Na prática, porém, é preciso situar que a morosidade do processo acaba por dificultar a melhoria da qualidade de vida da população, segundo relatos de moradores. Isso porque, ao invés da restrição apenas conter os impactos que as obras infraestruturais como as de saneamento podem causar, ao contrário, acaba por acentuar um processo de poluição da Represa Billings, uma vez que suas margens são cada vez mais ocupadas por moradias irregulares que, sem qualquer preparo adequado, acabam por descartar o efluente doméstico no solo, poluindo lençóis freáticos que abastecem a represa ou descartando diretamente no grande corpo d'água.

O artigo 18º da referida lei define que a implantação da APA-BC será acompanhada de um programa permanente de educação ambiental, a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, em parceria com organizações locais da sociedade civil, cuja orientação e acompanhamento caberão ao Conselho Gestor. Especificamente em seu Art. 26º, a mesma lei estabelece que no Plano de Manejo desta UC deverão ser inclusos uma série de outros programas: além do tema da educação ambiental, cita o tema do “turismo sustentável”, “estabelecendo normas e parâmetros para estas atividades” (SÃO PAULO, 2006). Outros programas citados que valem destaques para este estudo são os de fiscalização e controle ambiental; de pesquisa e incentivo às atividades agroflorestais de baixo impacto, “capazes de coexistir com a Mata Atlântica e demais formas de vegetação, visando promover alternativas sustentáveis de geração de renda às populações residentes”; ou ainda programas “de promoção e difusão de tecnologias que visem à sustentabilidade das atividades agropecuárias, agroflorestais e piscicultura” (SÃO PAULO, 2006).

Neste sentido, a lei estimula tanto um turismo sustentável local, quanto as práticas de agriculturas e manejos agrícolas de baixo impacto, bem como iniciativas de educação ambiental, constituindo, cada qual, como elementos importantes já praticados na APA-BC e que estariam em consonância com a conservação no uso agrícola do solo, no uso racional dos recursos hídricos, na preservação da biodiversidade presente nas práticas agroecológicas e no respeito às áreas de Reserva Legal e, portanto, na conservação do bioma de modo mais amplo.

Pode-se afirmar que o turismo local se faz presente desde o início da gestão da APA. Em 2006, o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA, lançou o edital nº 3, direcionado para as APAs BC e CM. Entre as linhas de fomento, que incluíam projetos nas áreas de saneamento, biodiversidade, reflorestamento, desenvolvimento rural sustentável, também constou a linha temática do turismo sustentável. Já em 2005, a gestão da Subprefeitura de Parelheiros proporciona maior visibilidade ao público em relação ao turismo local com a criação do PAT (Posto de Atendimento ao Turista) e no ano de 2008 nasce a AMTECI (Associação de Micro Pousadas, Turismo, Eventos, Comércio e Indústria de Parelheiros).

O Conselho Gestor da APA-BC surge em 2007 e em 2011, que é criado o CONGETUR, Conselho de Turismo da região, de natureza paritária e que atua nos dias atuais sobre as definições das ações do Polo de Ecoturismo de São Paulo. Mas o referido Polo foi instituído apenas em 2014, na gestão do então prefeito Fernando Haddad e que abrange, como será mostrado, parte da Zona Sul da cidade com seus atrativos naturais.

Em 2014, quando o Polo de Ecoturismo de São Paulo é criado, há um novo impulso para as atividades turísticas locais. De acordo com o artigo 2º da Lei Municipal de Nº 15.953/2014, lei que cria o Polo de Ecoturismo de São Paulo, integram o Polo os distritos de Parelheiros, Marsilac e o território da APA Bororé-Colônia, denominado de “Polo Ecoturismo Parelheiros/ Marsilac/Ilha do Bororé”. A lei menciona ainda, em parágrafo único do referido artigo, que “As Áreas de Proteção Ambiental Municipal Capivari-Monos e Bororé-Colônia, integram, na totalidade do seu território, o Polo Ecoturístico” (São Paulo, 2014). Esta lei prevê que alguns bairros sejam considerados “Bairros Turísticos”. Entre os quinze bairros da região citados na lei, está citado o bairro Ilha do Bororé, no artigo 7º, que nos interessa particularmente para este estudo.

Para a atual Gestora do Conselho Gestor da APA-BC e servidora da SVMA, Maira Galvanese, o turismo local pode ser uma ferramenta de preservação ambiental. Em entrevista para este estudo, a gestora confirma essa percepção, ao definir o turismo local como do tipo comunitário, ao contrário de um turismo predatório dos recursos naturais. Neste sentido, Galvanese vê como um potencial para a APA-BC a presença dos turistas na região. Isto porque, em sua opinião, são as UCs de Proteção Integral já existentes, ou seja, os parques que já podem ser frequentados, bem como outras áreas públicas já decretadas para fins de desapropriação para se tornarem novas UCs, que garantirão a maior preservação ambiental local.

No ano de 2017 é publicado o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Polo, pela SPTuris, construído, segundo o próprio documento, com os atores da região e a partir da contratação, pelo setor público, de uma entidade que agenciou esta construção, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS). O Plano traz informações potencialmente interessantes, quando cita, por exemplo, os motivos elencados das visitas, ou aquilo que mobiliza os turistas a visitar a região, agrupando tais motivos em alguns temas. A categoria *Natureza e atividades ao ar livre* foi diagnosticada como a principal motivação de visitação dos turistas ao território, associada ao “ecoturismo, contemplação

e aventura; animais, natureza, água, vegetação; preservação e sustentabilidade” (SÃO PAULO, 2017, p. 59). Outra motivação seria a das experiências associadas à gastronomia e à *ruralidade*, associada à colheita e venda de orgânicos e degustação (SÃO PAULO, 2017, p. 59). Por fim, a terceira motivação do turista na região foi enquadrada na categoria *Cultura, patrimônio e templos*, associada a “preservação histórico-cultural e artística; religiosidade e templos; turismo étnico/índigena” (SÃO PAULO, 2017, p. 59).

Porém, da perspectiva comunitária, não se pode perder de vista o que as próprias comunidades e empreendimentos locais escolhem oferecer e valorizar, bem como o que não querem estimular. Assim, ao se valorizar práticas, costumes, ritos, construções materiais e imateriais de um local, o viajante poderá perceber e entender os valores estimados pela comunidade. Neste sentido, para além do ponto de vista econômico, ao invés de simplesmente importar as escolhas do que deve ser oferecido ou valorizado, pode-se exercer um tipo de turismo que, ao contrário, afirme, reforce e divulgue os valores benéficos e importantes, do ponto de vista ecológico e cultural. Em outras palavras, se o viés do Plano for mais do que econômico e tiver como um exemplo de modelo o que se pratica no TBC (já que, por definição, como foi exposto, o TBC é muito mais do que um serviço, seria um conjunto de valores e tradições praticadas por meio do turismo), importa tanto o que o viajante busca, quanto o que a comunidade anfitriã escolhe oferecer com consciência, em uma concepção de comunidade de modo ampliado, que inclua o também visitante.

Importante ressaltar que neste sentido inclusivo e solidário de turismo, de acordo com os conceitos de TBC anteriormente mencionados, é necessário que a comunidade esteja fortalecida, com seus valores bem assentados, de modo a só se deixar influenciar pelo visitante no caso dessa influência ser de fato benéfica e positiva, como podem ser as trocas interculturais. De outro modo, poderia haver a reprodução de um turismo predatório, que está arriscado à desvalorização de seus territórios e culturas próprios, em troca de padrões econômica e socialmente aceitos e impostos. Do outro lado, é da relação de trocas benéficas que o aprendizado mútuo (ou múltiplo) se torna possível – justamente o que nem sempre ocorre em um turismo convencional, regido por alguns padrões pré-estabelecidos no rol de serviços e produtos a serem ofertados.

Quando se busca adentrar nos desafios impostos na região da APA-BC, vivenciados por moradores, percebidos pelo setor público e elencado nas entrevistas, destacam-se a questão do saneamento e do desmatamento, devido, sobretudo, à chamada ocupação irregular. Esta é uma questão socioeconômica, por sua vez, bem mais ampla, existente não apenas na região e nem apenas no presente momento, mas ao longo da história do Brasil, cuja questão fundiária marca o país desde o período da colonização até os dias atuais, gerando conflitos agrários e lutas por direitos, entre eles, o direito à moradia.

Por abarcarem grandes áreas com ocupação humana, muitos são os desafios socioambientais enfrentados na gestão de APAs, sobretudo quando estão localizadas em uma grande periferia metropolitana, com um histórico de ocupação altamente complexo, que remonta, segundo Ermínia Maricato, a história de formação das grandes cidades brasileiras: “O loteamento ilegal, combinado à autoconstrução parcelada da moradia durante vários anos foi a principal alternativa de habitação para a população migrante se instalar em algumas das principais cidades brasileiras. Dessa forma foram construídas as imensas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro” (MARICATO, 1996, p. 47).

A autora elenca dados e reflexões acerca do processo de ocupação urbana irregular, mencionando a presença da força do mercado imobiliário frente à ausência de políticas públicas que regule o desenvolvimento habitacional da cidade: “A essência das ocupações ilegais e da produção dessa cidade informal está na ausência de uma política pública que abranja a ampliação do mercado legal privado (em outras palavras, é preciso baratear o produto), prevendo a participação de agentes lucrativos e não lucrativos e a promoção pública subsidiada para as famílias cujas rendas estejam abaixo dos cinco salários-mínimos” (MARICATO, 2003, p.4).

Nesta perspectiva, é possível afirmar que a região estudada é também fruto do descaso público com as regiões periféricas da cidade, onde residem grande parte dos trabalhadores que construíram e seguem construindo a cidade. Ao mesmo tempo em que esta ainda possui os chamados recursos naturais (corpos d’água, áreas verdes, solo fértil etc.), sobretudo quando se considera que a região faz parte de uma das maiores metrópoles do planeta, percebem-se contrastes na paisagem, a partir da presença de resíduos urbanos nas ruas, da vulnerabilidade e precariedade de moradias e a poluição da represa, visível por uma cor verde típica, consequente da eutrofização.

Quando entrevistados, Jaison Pongiluppi Lara e Karoline Freire Dias, que atuam na Casa Ecoativa (o primeiro como cogestor do espaço e a segunda como educadora), bem como a já mencionada gestora do Conselho Gestor da APA-BC, Maira Galvanese, trazem respostas semelhantes em relação aos problemas locais enfrentados. Lara e Dias, que debatem esses problemas na Ilha do Bororé, por meio dos grupos que participam e que se fazem presentes no próprio Conselho Gestor da APA-BC, elencam quatro elementos principais, atuais desafios enfrentados no bairro do Bororé: o saneamento (por não haver rede pública de esgoto nas áreas estabelecidas como rurais pelo zoneamento da cidade); o desmatamento (causado principalmente pela moradia irregular, consequência da desigualdade de oportunidades habitacionais); a

mobilidade (entre outros fatores, pela precariedade do asfaltamento na região, a distância em relação ao centro urbano e a falta de mais transportes públicos) e a constante falta de energia no bairro.

O fato de a Lei Estadual dos Mananciais (Lei Estadual Nº 9.866/1997) buscar conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente, deveria garantir que as atividades que ocorrem nas APRMs (Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais) fossem compatíveis com a proteção e recuperação ambiental. Mas na prática, o desmatamento segue ocorrendo atualmente para dar lugar a lotes que acarretam a poluição dos lençóis freáticos que abastecem as represas, além do assoreamento de partes da Represa, que acaba por diminuir a área total de água superficial.

Assim como as práticas de educação ambiental podem ser um instrumento de preservação, o turismo sustentável e educativo também pode ser uma forma de sensibilizar a população sobre as questões ambientais ao longo dos roteiros. E para o desenvolvimento do turismo, a liderança local Jaison Lara aponta para a necessidade de se investir nos empregos no bairro. Afirmar ser preciso que os jovens tenham oportunidades de trabalho e possam se interessar em permanecer no território, cuidando do local. Similarmente, Maira Galvanese também sugeriu em entrevista que um dos desafios que percebe é o de geração de renda local, o que poderia possibilitar maior vínculo com o território. Mas, afirma, que é preciso de investimentos, com a maior presença do setor público, por meio da disponibilização de fundos que possam financiar atividades e serviços, como o FEMA (Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), já utilizado no passado, mas nem todo ano disponível.

Neste sentido pode-se afirmar que a Casa Ecoativa é um local representativo no que se refere à educação ambiental, às atividades culturais e ao turismo comunitário praticado na região. O local pode ser definido como um centro cultural e agroecológico comunitário e nasce nos anos de 1990, junto com o engajamento da população local que resulta na criação da APA-BC.

O contexto da década de 90, período de redemocratização do país, traz importantes marcos ambientais, entre eles: a Eco-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992; o surgimento da Lei de Crimes Ambientais no Brasil, em 1998 (Lei nº 9.605/1998); a Política Nacional de Recursos Hídricos no ano de 1997 (Lei nº 9.433/1997). Localmente, temos ainda a criação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo (SVMA) e a Lei Estadual de Mananciais (Lei nº 9.866/1997).

Nesse mesmo momento histórico, os moradores do bairro do Bororé, por meio da AMIB (Associação dos Moradores da Ilha do Bororé), discutiam localmente as questões do bairro e lutavam por direitos, como estruturas urbanas de lazer, melhorias sanitárias, melhores condições de moradia, de mobilidade e de educação. Os moradores mobilizados começaram a promover, então, atividades para crianças e jovens em um terreno à beira da Represa Billings, espaço que estava inutilizado e abandonado, que pertencia à EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A).

A Casa Ecoativa, como posteriormente passa a ser chamado o espaço comunitário, se torna palco de atividades educativas e culturais, promovidas por professores da escola do bairro, a E.E. Professor Adrião Bernardes. Ao mesmo tempo, o local é palco de Fóruns participativos feitos pela comunidade junto a parceiros que trabalhavam na vizinhança, como funcionários da SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), da EMAE ou da SVMA, em uma rede onde poder público (via Secretaria do Verde e Meio Ambiente e Sabesp, empresa pública, à época) e entidade privada de abastecimento de água (EMAE), junto aos moradores articulados e passam a dialogar e promover um ambiente que, futuramente, enseja a própria criação da Unidade de Conservação, a APA-BC.

A Ecoativa, como também é chamada o espaço comunitário do Bororé, para além de ser uma casa é algo maior, ou seja, um amplo terreno com horta, antigas árvores que abrigam a fauna da Mata Atlântica local, um grande quintal de atividades, oficinas e bate-papos que são ali organizados. No espaço propriamente construído, a casa, há exposições de artistas locais, entre outras atividades.

Foi por meio de políticas públicas e de fomento a cultura local que o espaço foi ganhando vida ao longo dos anos. Desde a referência teórica do educador Paulo Freire, que foi Secretário de Educação na gestão de Luiza Erundina (1989 a 1992), e que inspirava práticas dos educadores locais; posteriormente com o fomento ao setor de Cultura e Educação na Gestão de Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo (2001-2004) e seu investimento nas periferias da cidade (os CEUs ou Centros Educacionais Unificados, que se multiplicaram em sua gestão) e, por fim, na gestão de Fernando Haddad (2013 a 2016), com o fomento de projetos culturais e educativos por meio de fundos e editais, as atividades da Casa vão, aos poucos, se estruturando. Vale mencionar, no entanto, que entre 2006 e 2013, a Casa passa por um período de fechamento, devido a ausência de articulação local, quando algumas lideranças antigas saem de cena, e devido às mudanças na gestão da cidade.

Após a reabertura do espaço em uma reocupação pela comunidade, uma nova fase marca a história local, entre 2013 e 2014, quando nota-se uma reativação de atividades culturais, como os saraus. Antigos alunos da escola Adrião Bernardes, agora educadores voluntários do espaço, passaram a gerir o local a partir do financiamento de editais. É o caso de Jaison

Lara, entrevistado para o presente estudo. Jaison é uma jovem liderança que, com parceria da escola e outros atores locais, articulou os alunos da escola do bairro e foi ponte com agricultores e artistas locais, na formação de roteiros de turismo e no recebimento de alunos de várias escolas da cidade de São Paulo.

A Ecoativa passou a receber escolas de outros bairros da cidade e se torna, assim como outros empreendimentos da região, um local de turismo comunitário. Como foi citado anteriormente, é em 2014 que o Polo de Ecoturismo da cidade de São Paulo é fundado e o Bororê passa a ser oficialmente um dos bairros turísticos da cidade. Com parceiros locais, como o Sesc (Serviço Social do Comércio) no bairro de Interlagos; a EMAE; escolas públicas e privadas e com o apoio dos editais públicos, a Casa e toda a rede de serviços locais vão se fortalecendo, por meio de roteiros agroecológicos, de barco na Represa Billings, de visitas aos sítios produtores de alimentos orgânicos e aos parques naturais municipais, às RPPNs locais etc. Os empreendimentos de cozinheiras locais tornam-as fornecedoras dos almoços dos roteiros e artesãos podem vender seus produtos ao longo das paradas dentro dos roteiros turísticos.

O que se nota, no entanto, é que para além da geração de renda local e de um turismo comunitário que vai se desenvolvendo no território, é recorrente nos relatos dos moradores e de lideranças como Jaison Lara, que o intuito maior das atividades é atender a própria comunidade. A demanda maior é do bairro, por cultura, por educação ambiental, por lazer e por capacitação profissional é dos próprios moradores e assim nasce o espaço, como foi exposto. Nesse sentido, o turismo acaba por representar uma consequência possível destas demandas. E acaba, ainda, por fortalecer identidades, como o orgulho de pertencer à periferia e poder escolher morar em um bairro em meio à natureza. O que antes não era uma escolha, mas uma condição social historicamente construída, passa a ser uma possibilidade de vida. Mas o orgulho e o cuidado com o bairro são possíveis apenas com o fortalecimento cultural, o engajamento comunitário e uma consciência sobre a preservação ambiental.

Nas palavras de Lara, em entrevista para o presente estudo, ele afirma que “o turismo precisa de princípios éticos, assim como todo setor, todo trabalho. O turismo de massa ou uma agricultura do agronegócio que não respeite os princípios éticos, aí não adianta [...] o bairro vai se estruturando a partir da educação ambiental, das atividades culturais e da memória, uma memória de resistência”.

Assim, é nesse tripé comunitário que o TBC local está ancorado: o meio ambiente, a cultura e a memória, segundo o morador citado. E não qualquer memória: uma memória de resistência, de luta e de engajamento comunitário. E, certamente, as memórias de luta são geracionais, perpassando as histórias de luta por moradia, dos processos de migração, trabalhos e ocupações criativa e comunitária da região, local ainda carente de equipamentos de lazer, saúde e educação formais, mas muito rica no sentido socioambiental e cultural.

CONCLUSÕES

Percebe-se que o turismo comunitário na Casa Ecoativa está inserido em algo maior: no desenvolvimento de uma educação ambiental e das ações comunitárias, pautadas nos valores éticos, ecológicos e humanitários desenvolvidos no território. Para muito além da geração de renda, embora seja um ponto estruturante, o objetivo maior é a valorização do território e das pessoas que o constroem cotidianamente.

As memórias das vivências comunitárias, periodicamente praticadas no espaço parecem fortalecer os valores dos novos jovens. Como aponta Jaison Lara em entrevista, “a potência da periferia é o coletivo”. A força local está nas práticas da comunidade, aprendidas em conjunto e com a luta de várias gerações. Nesta mesma perspectiva da potência comunitária, Plano de Desenvolvimento do Turismo na região, brevemente exposto no presente estudo, talvez pudesse se valer de tais exemplos educativos na construção de um turismo local inspirado nos ensinamentos do TBC, praticado em tantas comunidades e ali presente, e não um turismo inspirado em infraestruturas já padronizadas, com uma perspectiva sobretudo econômica ou desenvolvimentista.

Outra potência e oportunidade do território é, sem dúvida, a própria natureza e sua riqueza imensurável. E as Unidades de Conservação, na visão da gestora da APA-BC, Maira Galvanese, representam essa potência do território. Neste sentido, as UCs são a próprias ferramentas de conservação do bioma, com a ampla biodiversidade que contém e preservam. A preservação das águas da região de mananciais garante a manutenção de um ecossistema natural e também socioeconômico e comunitário que existe ao redor das represas Billings e Guarapiranga. Além de poder abastecer a população da cidade, a represa é um ambiente dinâmico e afetivo da comunidade e dos visitantes, local de pesca, de brincadeiras, de passeios turísticos. E que, apesar dos desafios em relação aos desmatamentos ao seu redor, somado à falta de saneamento estrutural, a grande represa é, ao mesmo tempo, palco da diversidade de manifestações das culturas e práticas locais.

As leis ambientais que incidem direta ou indiretamente na região não garantem o seu cumprimento, mas apontam regramentos de usos, caminhos e programas praticados. Entre eles, há programas e fomentos para o turismo sustentável e para a educação ambiental que aparecem como ferramentas de preservação. Presentes nas leis; nos planos de gestão que partem de seu cumprimento; na iniciativa por de gestores e funcionários públicos; na ação cotidiana da sociedade civil organizada e participantes nos órgãos colegiados de base, como o Conselho Gestor da APA-BC; nas diversas práticas de educação ambiental, como as que ocorrem na Casa Ecoativa, assim se constroem as práticas de preservação do bioma da Mata Atlântica no Extremo Sul de São Paulo. Certamente os desafios e os conflitos de interesses presentes no território fazem parte da complexidade de sua gestão e de seus usos, mas muitas são as ações que inspiram e podem ser modelares para contextos de características similares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brandão, Juzânia. Oliveira da Silva. **Turismo De Base Comunitária**: Ressignificando a concepção de comunidade. 2014. 230f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
2. Brasil. Ministério do Meio Ambiente. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária Desafio para a formulação de política pública**. Brasília: MMA, 2010.
3. Brasil. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 14 de abril de 2025.
4. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). **Relatório Qualidade do Ar do Estado de São Paulo**. São Paulo: CETESB, 2023.
5. Fabrino, N. H. **Turismo de Base Comunitária**: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. 2013. Dissertação (Mestrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
6. Instituto Terramar. **Rede Tucum**: das ondas do mar aos quintais da vida. Instituto Terra Mar: Fortaleza, 2017.
7. Maricato, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. Estudos Urbanos 10, Série Arte e Vida Urbana 4. São Paulo: HUCITEC, 1996.
8. Maricato, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: Castritota, L. B. (Org). **Urbanização brasileira/redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.
9. Miketen, Simone. **Agricultura e conservação ambiental**: o caso da APA Borore-Colônia no município de São Paulo. 2013. Dissertação (Mestrado Ciência Ambiental -PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
10. Moraes E.A.; Guerra M.F.; Mendonça T.C.M; Fenerich, G.N. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão. **Tur., Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 26.p.01-19, jan./dez. 2024 - e19133. Disponível em: <<https://doi.org/10.14210/tva.v26.19133>>. Acesso em: 02 de maio de 2025.
11. São Paulo. Lei Nº 14.162, de 24 de maio de 2006. Cria a Unidade de Conservação Área de Proteção Ambiental Municipal Bororé-Colônia. São Paulo: Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14162-de-24-de-maio-de-2006>>. Acesso em: 14 de abril de 2025.
12. São Paulo. Lei Nº 15.953, de 7 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a criação do Polo de Ecoturismo nos Distritos de Parelheiros e Marsilac até os limites da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia, e dá outras providências. São Paulo: Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15953-de-07-de-janeiro-de-2014>>. Acesso em: 14 de abril de 2025.
13. São Paulo. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia**. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2021 - Volumes I (a).
14. São Paulo. SPTuris. **Plano de Desenvolvimento de Turismo Sustentável do Polo de Ecoturismo Turismo de São Paulo**. Brasília: Ed. IABS, 2017.
15. Pedroso, D.C.; Novais, R.F. **Práticas de Educação Ambiental de Base Comunitária em territórios educativos, como forma de conexão com a natureza**: um estudo de caso na Ilha do Bororé, extremo sul da cidade de São Paulo. 2023. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu (Educação Socioambiental e Sustentabilidade), Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2023.

